

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

- 1 - Este caderno contém as questões da **PROVA OBJETIVA SELETIVA**.
- 2 - Ao receber a **Folha de Respostas da PROVA OBJETIVA SELETIVA**:
 - confira seu nome, número de inscrição e o cargo;
 - assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

**ATENÇÃO:
FOLHA DE RESPOSTA SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.**

- 3 - Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

01	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	A	B	C	D
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- assinale somente **uma** alternativa em cada questão. Sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

A **Folha de Resposta da PROVA OBJETIVA SELETIVA** não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.
CUIDE BEM DELA. ELA É SUA PROVA.

ATENÇÃO - Durante o período de realização da Prova Objetiva Seletiva, não será permitido o empréstimo de material nem qualquer espécie de consulta [...] também não será permitido o porte de arma(s) [...] (subitem 12.12 e 12.13). O tempo de duração da prova objetiva a que se refere o subitem 12.2 do Edital abrange a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Resposta. O candidato somente poderá apor seu número de inscrição, nome ou assinatura em lugar especificamente indicado para tal finalidade, sob pena de anulação da prova e consequente eliminação do Concurso (subitem 12.17). É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da Folha de Respostas, conforme as especificações dela constantes, não sendo permitida a sua substituição em caso de marcação incorreta (subitem 12.18). Findo o prazo limite para a realização da Prova Objetiva Seletiva, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas devidamente preenchida (subitem 12.19). O candidato somente poderá deixar o local de realização da Prova Objetiva Seletiva depois de transcorrida 1(uma) hora de sua duração (subitem 12.20). Será eliminado o candidato [...] **portar arma(s)** no local de realização da prova [...]; **utilizar ou portar**, mesmo que desligados [...] **quaisquer equipamentos eletrônicos** [...] **telefone celular** [...] entre **outros**; [...] não entregar ao fiscal de sala o Caderno de Prova Objetiva Seletiva e a Folha de Respostas [...]” (subitem 12.22, alíneas “e”, “f”, “j”).

GABARITOS E PROVAS – Divulgados no site www.gestaodeconcursos.com.br e www.tjmg.jus.br em, no máximo, 3 dias após a realização da prova.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: CINCO HORAS

Data: ____/____/____

ATENÇÃO

Senhor(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **100 (cem) questões de múltipla escolha** — cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas** —, assim distribuídas: **(BLOCO 1) - 10 (dez) questões de Direito Civil, 10 (dez) questões de Processual Civil, 5 (cinco) questões de Direito do Consumidor, 5 (cinco) questões de Direito da Criança e do Adolescente, (BLOCO 2) - 10 (dez) questões de Penal, 10 (dez) questões de Direito Processual Penal, 10 (dez) questões de Direito Constitucional, 10 (dez) questões de Direito Eleitoral, (BLOCO 3) - 10 (dez) questões de Direito Empresarial, 5 (cinco) questões de Direito Tributário, 5 (cinco) questões de Direito Ambiental e 10 (dez) questões de Direito Administrativo**, todas perfeitamente legíveis.

Havendo algum problema, informe-o **imediatamente** ao aplicador de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso V.S^a não observe essa recomendação, **não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posteriores.**

BLOCO 1

Direito Civil

Questão 1

De acordo com a Lei nº 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais, são obras intelectuais protegidas, **EXCETO**:

- A) As ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza.
- B) Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios.
- C) As adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova.
- D) As obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra forma qualquer.

Questão 2

Pode o locador, num mesmo contrato, exigir do locatário qualquer das seguintes modalidades de garantia, **EXCETO**:

- A) Fiança e seguro de fiança locatícia.
- B) Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
- C) Caução.
- D) Seguro de fiança locatícia.

Questão 3

Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Realizando-se o casamento no Brasil de estrangeiros domiciliados no exterior, será aplicada a lei do domicílio dos nubentes quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.
- B) O casamento de estrangeiros de diferentes nacionalidades poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de qualquer um dos nubentes.
- C) Tendo os nubentes estrangeiros domicílio diverso, rege os casos de invalidade do matrimônio a lei do local da celebração do casamento.
- D) Tendo os nubentes estrangeiros domicílio diverso, o regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país do primeiro domicílio conjugal.

Questão 4

Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais

- A) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- B) as energias que tenham valor econômico.
- C) os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

Questão 5

Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- B) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- C) O erro prejudica a validade do negócio jurídico mesmo quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferece para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.
- D) O erro é substancial quando interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais; sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico; concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante.

Questão 6

Sobre as causas que impedem ou suspendem a prescrição, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não corre a prescrição quando prender condição suspensiva.
- B) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- C) Não corre a prescrição contra os que se acharem a serviço das Forças Armadas, em tempo de paz.
- D) Não corre a prescrição quando prender ação de evicção.

Questão 7

Sobre o adimplemento e a extinção das obrigações, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A novação dá-se, dentre outras formas, quando, em virtude de obrigação nova, outro credor é substituído ao antigo, ficando o devedor quite com este.
- B) A novação, quando se realiza por substituição do devedor, não pode ser efetuada independentemente de consentimento deste.
- C) A novação, operada entre o credor e um dos devedores solidários, somente sobre os bens do que contrair a nova obrigação subsistem as preferências e garantias do crédito novado. Os outros devedores solidários ficam por esse fato exonerados.
- D) Na novação, não havendo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.

Questão 8

Quanto as relações de parentesco, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.
- B) São parentes em linha colateral as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.
- C) Na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.
- D) São parentes em linha transversal, até o sexto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

Questão 9

Quanto ao direito de representação na sucessão legítima, é **INCORRETO** afirmar que

- A) os representantes só podem herdar, como tais, o que herdaria o representado, se vivo fosse.
- B) na linha transversal, somente se dá o direito de representação em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
- C) o direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente.
- D) o renunciante à herança de uma pessoa não poderá representá-la na sucessão de outra.

Questão 10

Quanto aos contratos em geral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio ou das circunstâncias do caso.
- B) O que estipula em favor de terceiro não pode exigir o cumprimento da obrigação.
- C) Reputar-se-á celebrado o contrato no lugar em que foi proposto.
- D) A cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito, já a tácita depende de interpelação judicial.

Direito Processual Civil

Questão 11

Com relação aos princípios gerais do direito processual civil, analise as afirmativas seguintes:

- I. A isenção, em relação às partes e aos fatos da causa, é condição indeclinável do órgão jurisdicional para o proferimento de um julgamento justo, podendo-se afirmar que o juiz subjetivamente capaz é aquele que não tem sua imparcialidade comprometida pela suspeição ou pelo impedimento.
- II. O princípio do devido processual legal decorre da norma contida na Constituição no Art. 5º, inc. LIV, CR/88, garantindo às partes voz e meios para se defenderem, respeitando os direitos fundamentais.
- III. No princípio da identidade física do juiz, o juiz titular ou substituto que concluir a audiência julgará a lide, ainda que estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado.
- IV. Segundo o princípio da congruência, deve o juiz decidir, observados os limites da lide estabelecidos pelo pedido do autor, evitando-se decisões extra petita, citra ou infra petita.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e III apenas.
- B) I, II e IV apenas.
- C) II e III apenas.
- D) III e IV apenas.

Questão 12

Sobre as condições da ação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) São condições da ação a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual, podendo ser conhecida de ofício, pelo juiz, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida sentença de mérito.
- B) Por possibilidade jurídica do pedido entende-se a admissibilidade da pretensão perante o ordenamento jurídico, isto é, previsão ou ausência da vedação, no direito vigente, do que se postula na causa.
- C) Se ainda não existe resistência à pretensão deduzida pelo autor em juízo, este é carecedor da ação por falta de interesse processual, pois a existência de litígio constitui condição essencial do processo.
- D) Decidida a ilegitimidade passiva do réu indicado pelo autor, pode o juiz, de ofício, determinar a inclusão no processo de quem, segundo o seu entendimento, é parte legítima passiva para a ação proposta.

Questão 13

Sobre a desistência da ação, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A desistência da ação importa na renúncia ao direito e, por isso, a sentença homologatória de desistência impede o ajuizamento de nova demanda contra o réu, visando ao mesmo objetivo.
- B) O pedido de desistência da ação formulado pelo autor pode ser acolhido após citado o réu e apresentada defesa independentemente da concordância do réu.
- C) A recusa do réu ao pedido de desistência deve ser fundamentada e justificada, não bastando a simples alegação de discordância, sem a indicação de qualquer motivo relevante.
- D) A sentença que homologa desistência de ação, sem prévia anuência do réu, não deve ser anulada.

Questão 14

Sobre o juiz, as partes em geral, o Ministério Público e os serviços auxiliares da Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Partes são aquele que pede em seu próprio nome (ou em cujo nome é pedida) uma atuação de lei (autor) e aquele frente ao qual tal atuação é pedida (réu).
- B) Compete ao juiz dirigir o processo, assegurando às partes ter igualdade de tratamento, velar pela rápida solução do litígio, prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.
- C) Na área cível, a atuação do Ministério Público se dá em dois aspectos: como parte e como fiscal da lei.
- D) Não são auxiliares da justiça o depositário, o administrador e o intérprete.

Questão 15

Analise as seguintes afirmativas.

- I. Em caso de acidente de transporte coletivo, prevalece a responsabilidade objetiva da concessionária do serviço público, se não for provada a culpa exclusiva da vítima.
- II. A inversão ou não dos ônus da prova, prevista no Art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90, depende da análise de requisitos básicos (verossimilhança das alegações e hipossuficiência do consumidor), aferidos com base nos aspectos fático-probatórios peculiares de cada caso concreto.
- III. A hipossuficiência, a que faz remissão o inc. VIII, do Art. 6º, da Lei nº 8.078/90, deve ser analisada apenas sob o prisma econômico e social, não levando em consideração quanto o aspecto da produção de prova técnica.
- IV. O magistrado, no julgamento, está adstrito aos laudos periciais realizados no processo, mesmo existindo nos autos outras provas de convencimento.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e IV apenas.
- D) III e IV apenas.

Questão 16

Analise as afirmativas seguintes.

- I. A juntada das peças obrigatórias do agravo é atribuição do agravante, mas, se a peça obrigatória for juntada nas contrarrazões do agravo, sana o vício.
- II. É defeso à parte, praticado o ato, com a interposição do recurso, ainda que lhe reste prazo, complementá-lo, aditá-lo ou corrigi-lo, pois já se operou a preclusão consumativa.
- III. É completamente desnecessária a formação do contraditório em sede recursal na hipótese de sentença que indefere a inicial antes da citação do réu.
- IV. Contra a decisão monocrática do relator, que nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, não cabe recurso.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e II apenas.
- B) II e III apenas.
- C) III e IV apenas.
- D) I e IV apenas.

Questão 17

Sobre as sentenças, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Sentença é o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos Arts. 267 e 269 do CPC.
- B) As sentenças e acórdãos serão proferidos, observando o disposto no Art. 458 do CPC, as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso.
- C) A sentença que encerra o processo sem julgamento do mérito pode ser concisa, mas deve conter o suficiente à sua conformação como ato decisório final, como os nomes das partes, os fundamentos e o dispositivo.
- D) A sentença *extra petita*, que decide causa diferente da que foi posta em juízo, não é nula.

Questão 18

Sobre as cautelares, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Se o autor formular pedido de antecipação de tutela, não pode o juiz recebê-lo como medida cautelar, nos termos do Art. 273, § 7º do CPC, pois não cabe a fungibilidade.
- B) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente, para conhecer da ação principal. Todavia, interposto recurso que já tiver subido ao tribunal, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.
- C) Além dos procedimentos cautelares específicos, não pode o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.
- D) Na ação cautelar de produção antecipada de provas, o processo não será nulo se o requerido for citado após a realização da perícia.

Questão 19

Analise as afirmativas seguintes.

- I. A não apresentação ou a apresentação dos embargos do devedor fora do prazo de quinze dias implica preclusão, inadmitindo-se a rediscussão de matéria sepultada em decorrência da reconhecida intempestividade.
- II. O ato do juiz que determina o acréscimo de 10% sobre o valor do débito a título de multa (Art. 475-J do CPC) é recorrível, porquanto causa gravame ao devedor.
- III. Ainda que o embargante requeira e alegue relevantes fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil e incerta reparação e a execução esteja garantida, aos embargos não se dará o efeito suspensivo.
- IV. De acordo com o Art. 598 do CPC as regras do processo de conhecimento aplicam-se ao processo de execução. Todavia, mesmo após intimado o embargado e apresentada impugnação dos embargos, pode o embargante alterar a causa de pedir.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e III apenas.
- D) III e IV apenas.

Questão 20

Sobre a assistência judiciária, alienação fiduciária, juizados especiais e locação predial urbana, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A isenção do pagamento dos ônus de sucumbência ao beneficiário da assistência judiciária (Lei nº 1.060, de 5.2.50), que abrange os honorários advocatícios, não impede a sua condenação ao pagamento desses honorários, nem a sua cobrança, uma vez cessado o estado de pobreza nos cinco anos subsequentes.
- B) Não é pressuposto para a conversão da ação de busca e apreensão em depósito a não localização do bem. Logo, mesmo o bem encontrando-se com o devedor e em local perfeitamente identificável, pode o credor requerer referida conversão.
- C) No processo instituído pela Lei nº 9.099, de 26.9.95 (Juizados Especiais), pode ser parte, dentre outras, o incapaz.
- D) Estando o contrato de locação provido das garantias previstas no Artigo 37 da Lei nº 8.245, de 18.10.91 (Locação), pode ser deferida pelo juiz, nas ações de despejo por falta de pagamento, liminar para desocupação do imóvel locado no prazo de quinze dias.

Direito do Consumidor

Questão 21

Quanto aos prazos prescricionais e decadenciais previstos pelo Código de Defesa do Consumidor, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em sete dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- B) prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- C) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- D) a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, é uma das formas que obsta a decadência.

Questão 22

No direito do consumidor, quanto à responsabilidade por vício do produto e do serviço, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.
- B) os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou de mensagem publicitária.
- C) a garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.
- D) o fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária.

Questão 23

Quanto aos direitos do consumidor, é **INCORRETO** afirmar que o Código de Defesa do Consumidor

- A) define produto como sendo qualquer atividade material ou imaterial fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- B) define fornecedor como sendo toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- C) define consumidor como sendo toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- D) estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social.

Questão 24

São direitos básicos do consumidor definidos pelo Código de Defesa do Consumidor, **EXCETO**:

- A) Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- B) Efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos.
- C) Modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- D) Participação e consulta na formulação das políticas que os afetam diretamente, e a representação de seus interesses por intermédio das entidades públicas ou privadas de defesa do consumidor.

Questão 25

Quanto à qualidade de produtos e serviços, especialmente no tocante a proteção à saúde e à segurança, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- B) O produto ou serviço que, mesmo adequadamente utilizado ou fruído, apresenta alto grau de nocividade ou periculosidade, será retirado imediatamente do mercado pelo fornecedor, sempre às suas expensas, sem prejuízo da responsabilidade pela reparação de eventuais danos.
- C) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou à segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.
- D) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

Direito da Criança e do Adolescente

Questão 26

Diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a prática de ato infracional e a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, **EXCETO**:

- A) Obrigação de reparar o dano.
- B) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- C) Liberdade assistida.
- D) Inserção em regime de semiliberdade.

Questão 27

Em relação ao Conselho Tutelar, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- B) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de dez membros, escolhidos pela população local para mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
- C) O exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante e estabelece presunção de idoneidade moral.
- D) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Questão 28

Em relação aos Direitos Fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente no que se refere à profissionalização e à proteção no trabalho é **INCORRETO** afirmar que

- A) são assegurados direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente aprendiz, desde que maior de quatorze anos.
- B) é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
- C) ao adolescente empregado, maior de dezesseis anos, desde que regularmente matriculado em escola técnica, é permitido, em caráter excepcional, trabalhar até as vinte e três horas.
- D) ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Questão 29

Quanto à adoção de crianças e adolescentes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.
- B) A morte dos adotantes não restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- C) O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos na data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- D) A idade mínima para adotar é de vinte e um anos, independentemente do estado civil e desde que o adotante seja, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.

Questão 30

Caracterizados atos típicos da prática de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, o juiz **NÃO** poderá determinar

- A) a perda do poder familiar.
- B) a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente.
- C) a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão.
- D) o acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial.



BLOCO 2

Direito Penal

Questão 31

Em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O chamado crime plurissubjetivo demanda a aplicação de uma norma de extensão pessoal para tipificar a conduta do coautor.
- B) Se algum dos agentes quis participar de crime menos grave (desvio subjetivo de conduta), deve ser-lhe aplicada a pena deste, exceto na hipótese de ter sido previsível o crime mais grave, situação em que todos os agentes respondem por este delito.
- C) No delito de aborto, quando a gestante recebe auxílio de terceiro, configura-se exceção à teoria monista, aplicável ao concurso de pessoas.
- D) O elemento principal para a caracterização da chamada autoria colateral é a circunstância de estarem os agentes unidos pelo liame subjetivo ou vínculo psicológico, havendo reciprocidade consensual.

Questão 32

Analise as seguintes alternativas sobre a figura prevista no Artigo 14, II do Código Penal.

- I. Nos chamados crimes de atentado, a tentativa é equiparada ao crime consumado, havendo a aplicação da teoria subjetiva.
- II. Tentativa imperfeita, ou *iter criminis* interrompido ocorre quando, apesar de ter o agente realizado toda a fase de execução, o resultado não é alcançado por circunstâncias alheias à sua vontade.
- III. Não se admite a tentativa, em regra, nos delitos culposos, preterdolosos, unissubsistentes, omissivos próprios, habituais próprios e nas contravenções penais.
- IV. Todos os crimes previstos na Lei 10.826-2003, em seus Artigos 12 a 18, são dolosos e comissivos sendo, portanto, admitida a modalidade tentada.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) II, III e IV apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e IV apenas.
- D) I, II e III apenas.

Questão 33

Em relação ao crime de homicídio é **CORRETO** afirmar que

- A) a presença de qualificadores impede o reconhecimento do homicídio privilegiado.
- B) o crime de homicídio classifica-se como comum; unissubjetivo; material, em regra; de forma livre; doloso ou culposos; de dano e plurissubsistente.
- C) tratando-se de homicídio privilegiado é admitido o perdão judicial.
- D) a natureza do homicídio privilegiado é de circunstância atenuante especial.

Questão 34

Acerca do erro jurídico-penal é **INCORRETO** afirmar que

- A) ocorre *aberratio criminis* quando o agente, objetivando um determinado resultado, termina alcançando resultado diverso. Nesta hipótese, o agente responde apenas por culpa, se houver previsão legal nesta modalidade.
- B) o erro acidental atinge elementos secundários ou acessórios dos elementos constitutivos do tipo penal.
- C) a Reforma Penal de 1984 adotou a teoria limitada da culpabilidade, que distingue o erro incidente sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação do que incide sobre a norma permissiva.
- D) o erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena e, se evitável poderá diminuí-la, de um sexto a um terço. Tal modalidade de erro é classificada como erro de tipo e pode, em circunstâncias excepcionais, excluir a culpabilidade pela prática da conduta.

Questão 35

A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A revogação do complemento da lei penal em branco, quando essa for a parte essencial da norma, gera *abolitio criminis*.
- B) Em relação ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria da atividade, considerando-o praticado no momento da ação ou omissão.
- C) As situações de aplicação extraterritorial da lei penal brasileira e que constituem exceções ao princípio geral da territorialidade (Artigo 5º) em nosso ordenamento jurídico são previstas, exclusivamente, no rol taxativo constante do Artigo 7º do CP.
- D) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante a sua vigência. Trata-se de uma exceção ao princípio da retroatividade benéfica.

Questão 36

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O Artigo 344 do CP (coação no curso do processo) retrata uma hipótese em que o concurso material vale-se do sistema da acumulação material para a fixação da pena.
- B) O sistema da exasperação da pena é um sistema benéfico, adotado nos Artigos 70 e 71 do CP.
- C) Na hipótese de reconhecimento do concurso formal imperfeito, as penas aplicam-se cumulativamente por resultarem os crimes de desígnios autônomos. Nesse caso, não poderá a pena exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.
- D) Em todas as modalidades de concurso de crimes, a aplicação da pena de multa segue a regra da aplicação da pena privativa de liberdade.

Questão 37

A respeito dos princípios que regem o direito penal brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O princípio da legalidade penal, do qual decorre o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.
- B) De acordo com o chamado princípio da insignificância o Direito Penal não deve se ocupar com assuntos irrelevantes. A aplicação de tal princípio exclui a tipicidade material da conduta.
- C) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.
- D) O princípio da taxatividade, ao exigir lei com conteúdo determinado, resulta na proibição da criação de tipos penais abertos.

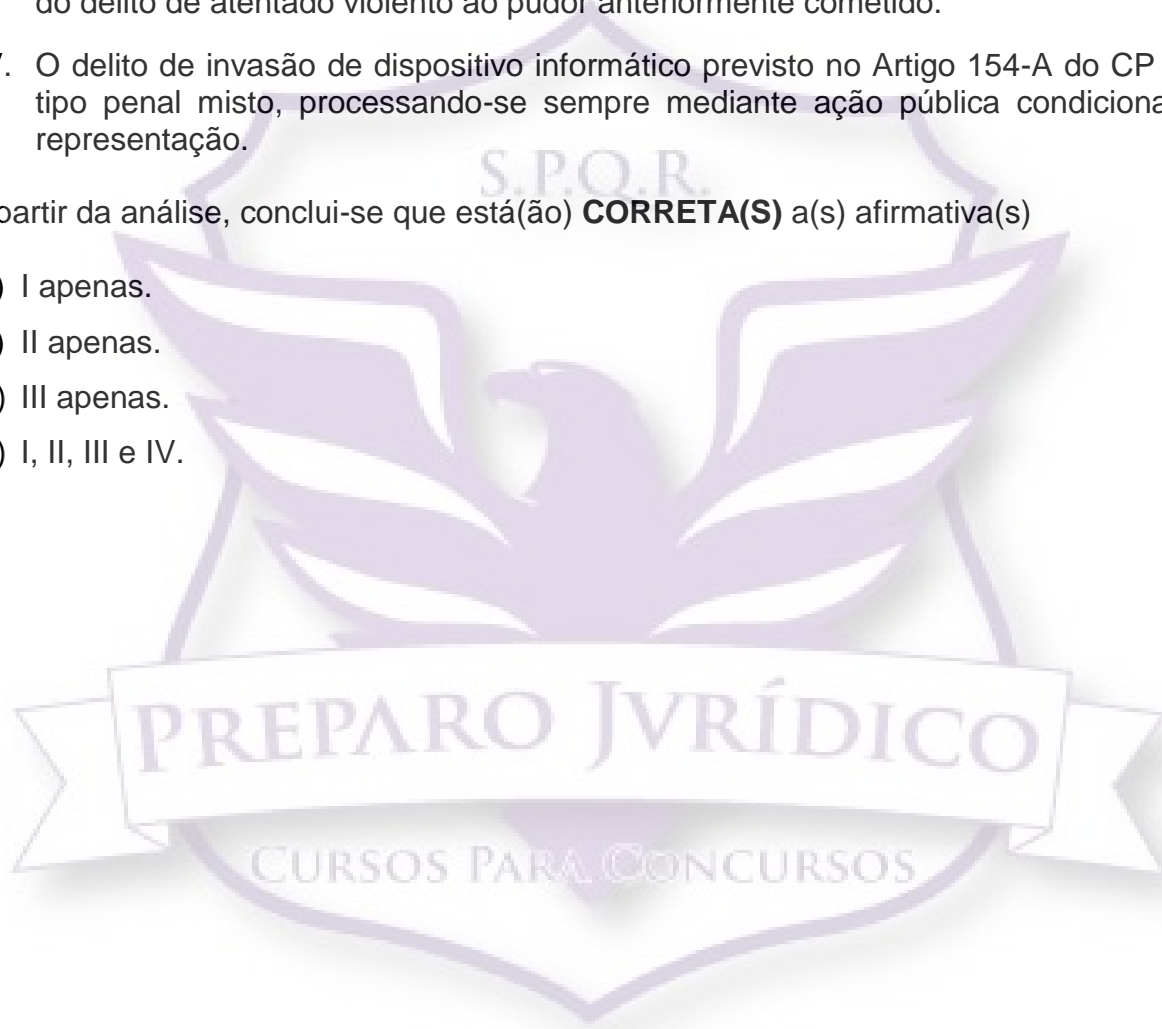
Questão 38

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei nº 11.340/06, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher, veda a aplicação de penas de prestação de serviços à comunidade ou de doação de cestas básicas, mas possibilita a substituição da pena privativa por pagamento isolado de multa.
- II. As penas cominadas aos delitos contra a honra aplicam-se em dobro, caso o crime tenha sido cometido mediante promessa de recompensa.
- III. A revogação do Artigo 214 do CP pela Lei nº 12.015/09 conduziu à *abolitio criminis* do delito de atentado violento ao pudor anteriormente cometido.
- IV. O delito de invasão de dispositivo informático previsto no Artigo 154-A do CP é um tipo penal misto, processando-se sempre mediante ação pública condicionada à representação.

A partir da análise, conclui-se que está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s)

- A) I apenas.
- B) II apenas.
- C) III apenas.
- D) I, II, III e IV.



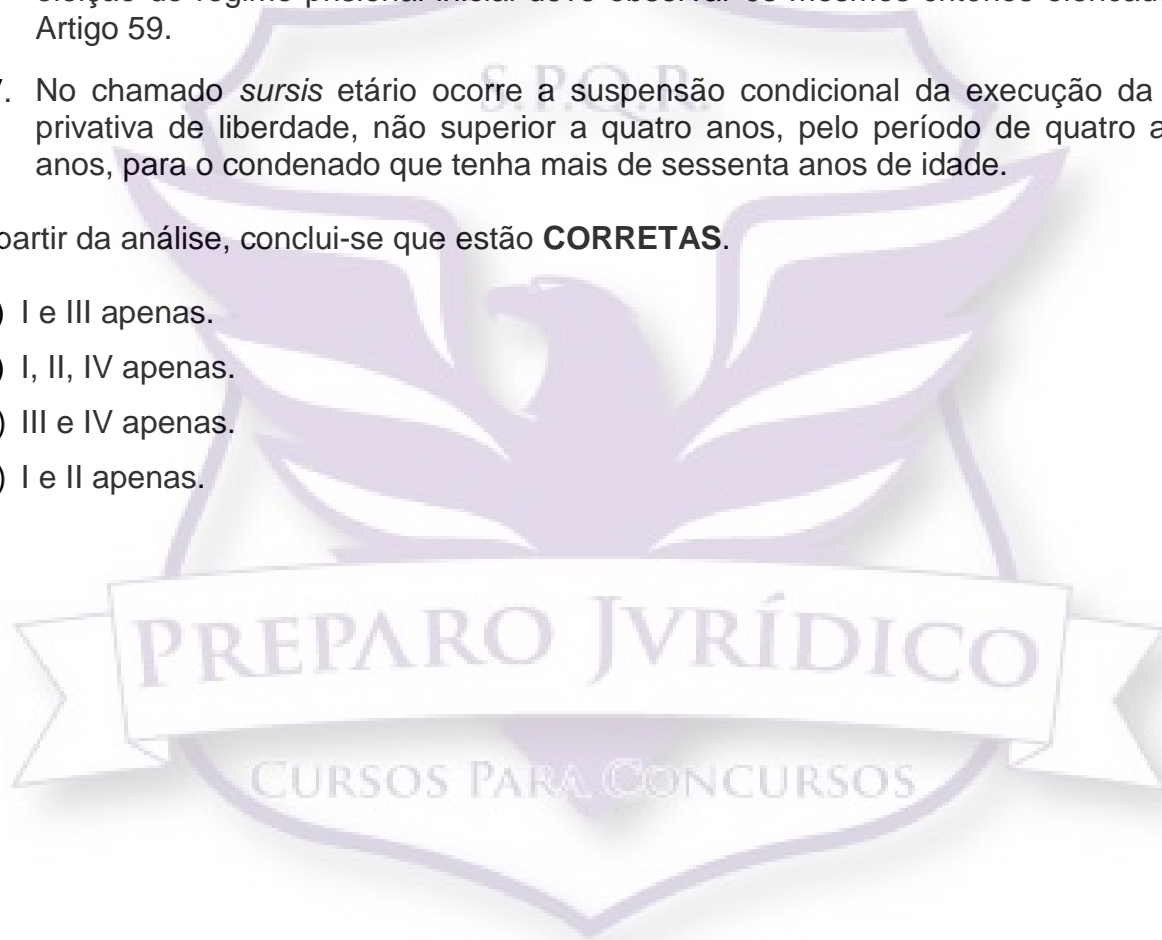
Questão 39

Analise as afirmativas a seguir.

- I. A perda da função pública constitui efeito da condenação quando aplicada pena privativa de liberdade igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, desde que a sentença forneça a necessária motivação.
- II. Haverá revogação obrigatória do livramento condicional se o reeducando for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime culposo, qualquer que seja a pena cominada.
- III. A gravidade abstrata do crime mostra-se insuficiente para determinar o estabelecimento do regime fechado para cumprimento da pena respectiva, já que a eleição do regime prisional inicial deve observar os mesmos critérios elencados no Artigo 59.
- IV. No chamado *sursis* etário ocorre a suspensão condicional da execução da pena privativa de liberdade, não superior a quatro anos, pelo período de quatro a seis anos, para o condenado que tenha mais de sessenta anos de idade.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e III apenas.
- B) I, II, IV apenas.
- C) III e IV apenas.
- D) I e II apenas.



Questão 40

Analise as seguintes afirmativas, assinalando com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Sempre que houver a reparação do dano no crime de peculato culposo ocorrerá a extinção da punibilidade do agente.
- () A Lei nº 9.455/97, que trata dos crimes de tortura, revogou tacitamente a qualificadora relativa ao emprego de tortura no delito de homicídio, uma vez que prevê o crime de tortura com resultado morte.
- () É possível a formação de organização criminosa com o intuito de praticar infração cuja pena máxima cominada seja inferior a quatro anos.
- () O crime de associação para o tráfico previsto no Artigo 35 da Lei nº 12.343/2006 é equiparado a hediondo, por força do Artigo 5º inciso XLIII da CF, bem como do Artigo 2º, *caput*, da Lei nº 8.052/90.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F V F V.
- B) V V F F.
- C) F F V V.
- D) F F V F.

Direito Processual Penal

Questão 41

A respeito da produção de prova no processo penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Ao Juiz, de acordo com o Código de Processo Penal, é vedado determinar a realização de provas antes do início da ação penal.
- B) A confissão do acusado, por ocasião de seu interrogatório judicial, concordando com a classificação legal dos fatos narrados na denúncia, autoriza o julgamento antecipado da lide, por economia processual.
- C) A interceptação telefônica poderá ser requerida verbalmente ao juiz pela autoridade policial, desde que estejam presentes os pressupostos que a autorizem, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo.
- D) O Juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em juízo, mas também pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na fase investigatória.

Questão 42

Analise as afirmativas seguintes.

- I. O parágrafo 4º do Artigo 394 CPP revogou tacitamente as defesas preliminares ao recebimento da denúncia, uma vez que estabelece que se aplicam os Artigos 395, 396, 396-A e 397 do CPP a todos os procedimentos penais de primeiro grau.
- II. A videoconferência pode ser substitutiva da carta precatória e da carta rogatória, conforme previsão em nossa lei processual penal.
- III. No procedimento sumário, as provas devem ser produzidas em uma só audiência, podendo o juiz indeferir as que considerar irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, sendo que os esclarecimentos a serem prestados pelos peritos sujeitam-se ao prévio requerimento das partes.
- IV. O réu poderá ser citado com hora certa, aplicando-se ao processo penal as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, no caso em que ele se oculte para não ser citado.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) III e IV apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e IV apenas.
- D) I, II e III apenas.

Questão 43

A respeito da jurisdição e competência, analise as afirmativas a seguir.

- I. O princípio da identidade física do Juiz no processo penal se reveste de caráter absoluto.
- II. Na competência por conexão ou continência, havendo concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração à qual for cominada pena mais grave.
- III. A competência será determinada pela continência nas hipóteses de concurso formal, erro na execução e resultado diverso do pretendido.
- IV. Tratando-se de infração permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência será determinada pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I, II e III apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) I e IV apenas.

Questão 44

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Na ação penal privada subsidiária da pública, o Promotor de Justiça pode repudiar a queixa e oferecer denúncia substitutiva, quando a queixa apresentada for inepta.
- B) Tanto a renúncia ao exercício do direito de queixa como o perdão do ofendido em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá, extinguindo-se a punibilidade.
- C) A renúncia, nas ações penais privadas, pode ser tácita e admite, para tanto, todos os meios de prova, conforme previsto no Código de Processo Penal.
- D) Tratando-se de ação penal privada personalíssima, a morte da vítima extingue a punibilidade.

Questão 45

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A decisão de impronúncia, que é interlocutória mista de conteúdo terminativo, encerrando a primeira fase do processo relacionado ao Tribunal do Júri, produz coisa julgada material.
- B) De acordo com o Código de Processo Penal, cabe absolvição sumária imprópria quando a inimizabilidade do réu por doença mental for a única tese defensiva.
- C) Os jurados suspeitos ou impedidos são aproveitados para a formação do *quorum* mínimo exigido para a instalação da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri.
- D) O julgamento pelo Tribunal do Júri não será adiado em razão do não comparecimento do acusado solto, que tiver sido regularmente intimado.

Questão 46

No que se refere às nulidades no processo penal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, mediante a ratificação dos atos processuais, impondo-se a renovação dos atos processuais praticados pelo representante ilegítimo.
- B) A falta ou nulidade da citação do acusado fica sanada quando ele comparece em juízo antes da consumação do ato, mesmo que declare que o faz para o único fim de suscitar tal nulidade.
- C) Conforme entendimento jurisprudencial majoritário, a nulidade pertinente ao conteúdo dos debates no Tribunal do Júri, prevista no Artigo 478 do CPP, é relativa, fazendo-se necessário, para a sua configuração, a demonstração da ocorrência de prejuízo.
- D) A prova declarada inadmissível deve ser desentranhada e inutilizada, após preclusão da decisão respectiva, podendo as partes acompanhar o incidente.

Questão 47

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Na hipótese de concurso de agentes, o réu condenado que não recorreu da sentença será sempre beneficiado pela decisão proferida em recurso interposto pelo corréu.
- B) O efeito devolutivo do recurso de apelação manejado contra decisões proferidas no procedimento dos crimes dolosos contra a vida é amplo, sendo permitida a sua devolução ao órgão recursal para o conhecimento pleno da matéria.
- C) As decisões de pronúncia e impronúncia desafiam recurso em sentido estrito.
- D) Na hipótese de o Ministério Público não manejar recurso de apelação no prazo legal, a vítima poderá interpor apelação no prazo de 15 dias, ainda que não tenha se habilitado como assistente nos autos.

Questão 48

Analisar as afirmativas a seguir.

- I. As medidas despenalizadoras previstas na Lei nº 9.099/95 aplicam-se aos casos de violência doméstica, se a pena cominada não exceder a dois anos.
- II. Em qualquer fase da persecução criminal relativa aos crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06) são permitidos procedimentos investigatórios, além dos previstos em lei e independentemente de autorização judicial, consistente na infiltração por agentes de polícia e ação controlada.
- III. Ensejam a regressão de regime prisional a prática de fato definido como crime doloso ou a condenação do sentenciado por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime.
- IV. Configura-se a suspeição do juiz na hipótese em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

A partir da análise, conclui-se que está(ão) **CORRETA(S)** a(s) afirmativa(s)

- A) I apenas.
- B) II apenas.
- C) III apenas.
- D) I, II, III e IV.

Questão 49

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) No caso de réu citado por edital, em que tenha sido decretada a suspensão do processo e da prescrição, o juiz deverá determinar a antecipação da produção de provas para evitar o decurso do tempo, com fundamento no princípio constitucional da duração razoável do processo.
- B) Conforme determina nossa lei processual penal, sendo cabível nova definição jurídica do fato capitulado na denúncia e não procedendo o Ministério Público ao seu aditamento, o assistente de acusação poderá fazê-lo, no prazo de cinco dias, desde que previamente habilitado nos autos.
- C) A decisão que, embora admitido o recurso de apelação, obsta sua expedição e seu seguimento, desafia recurso em sentido estrito.
- D) No curso da instrução do feito, o juiz pode determinar, de ofício, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante da causa.

Questão 50

Em relação ao inquérito policial, analise as seguintes afirmativas e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () As partes poderão, no curso do inquérito policial, opor exceção de suspeição da autoridade policial, nas mesmas situações previstas no Código de Processo Penal em relação ao Juiz.
- () A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial não gera, em regra, coisa julgada material.
- () É vedado ao Juiz, ao discordar do pedido de arquivamento de inquérito policial formulado pelo Promotor de Justiça, determinar que a autoridade policial proceda a novas diligências.
- () O despacho da autoridade policial que indefere o requerimento de abertura de inquérito é irrecorrível.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F V F V.
- B) V F V F.
- C) F V V F.
- D) F V V V.

Direito Constitucional

Questão 51

Sobre o conceito de Constituição, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) É o estatuto que regula as relações entre Estados soberanos.
- B) É o conjunto de normas que regula os direitos e deveres de um povo.
- C) É a lei fundamental e suprema de um Estado, que contém normas referentes à estruturação, à formação dos poderes públicos, direitos, garantias e deveres dos cidadãos.
- D) É a norma maior de um Estado, que regula os direitos e deveres de um povo nas suas relações.

Questão 52

Dentre as formas de classificação das Constituições, uma delas é quanto à origem.

Em relação às características de uma Constituição quanto à sua origem, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Dogmáticas ou históricas.
- B) Materiais ou formais.
- C) Analíticas ou sintéticas.
- D) Promulgadas ou outorgadas.

Questão 53

Sobre o Poder Constituinte Originário, assinale a alternativa que o define **CORRETAMENTE**.

- A) É o que surge da manifestação da vontade de um povo de auto-organizar-se, seja pelo consenso, por meio de uma Assembleia Constituinte, seja por um movimento revolucionário.
- B) É o que não tem origem apenas na revolução popular.
- C) É o que se manifesta apenas na elaboração de uma carta política que tenha como objetivo o estabelecimento de regras de convivência.
- D) É o que nasce da manifestação de um povo com o objetivo de apenas formar um Estado soberano, que legitimamente o represente diante das nações.

Questão 54

Sobre a supremacia da Constituição da República, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) A supremacia está no fato de o controle da constitucionalidade das leis só ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) A supremacia está na obrigatoriedade de submissão das leis aos princípios que norteiam o Estado por ela instituído.
- C) A supremacia está no fato de a interpretação da constituição não depender da observância dos princípios que a norteiam.
- D) A supremacia está no fato de que os princípios e fundamentos da constituição se resumam na declaração de soberania.

Questão 55

Sobre a classificação dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Direitos individuais e coletivos.
- B) Direitos sociais e políticos.
- C) Direitos de nacionalidade, políticos e partidos políticos.
- D) Direitos individuais, coletivos, sociais, de nacionalidade, políticos e de partidos políticos.

Questão 56

Assinale a alternativa que descreve **COMPLETAMENTE** os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- A) Erradicar a pobreza e o analfabetismo.
- B) Garantir o desenvolvimento pessoal dos cidadãos e construir a riqueza de sua gente.
- C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional com erradicação da pobreza e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) Promover a defesa nacional contra atos de Estados estrangeiros que intervierem nos assuntos internos da nação.

Questão 57

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** os princípios constitucionais a que a Administração Pública deverá obedecer na consecução dos seus objetivos.

- A) A administração deverá obedecer ao caráter pessoal do administrador público.
- B) A administração não tem a obrigação de subsumir-se às normas legais pertinentes, desde que o ato alcance a finalidade.
- C) A administração, no exercício do poder, independe da publicidade do ato, desde que alcance a finalidade pretendida.
- D) Os princípios constitucionais definem-se pelo exercício do poder que, na prática do ato, observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Questão 58

Sobre a forma como deve ser exercida a tutela constitucional das liberdades individuais, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Mediante o uso da ação popular.
- B) Mediante o uso da ação civil pública.
- C) Mediante o uso do *Habeas Corpus*, *Habeas Data* ou do Mandado de Segurança.
- D) Mediante o uso das ações populares e civis que, dada a sua amplitude, melhor ampara os interesses dos cidadãos.

Questão 59

Assinale a alternativa que **DIFERENCIA** o Federalismo do Estado Unitário.

- A) No Estado Unitário, a administração não é rigorosamente centralizada.
- B) No federalismo, os Estados que ingressam na federação continuam inteiramente soberanos, autônomos e independentes.
- C) No federalismo, os Estados que passam a integrar o novo Estado, perdem a soberania no momento em que ingressam, mas preservam, contudo, uma autonomia política limitada.
- D) No federalismo, os Estados que ingressam na instituição do novo Estado, perdem completamente a sua autonomia política.

Questão 60

Assinale a alternativa que apresenta a estrutura **COMPLETA** do Poder Judiciário Brasileiro.

- A) Supremo Tribunal Federal, Tribunais e Juízes Federais e Tribunais e Juízes Militares.
- B) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Eleitorais.
- C) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunais de Justiça dos Estados e Distrito Federal.
- D) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais de Justiça Militar, Juízes de Direito, Juízes Federais, Juízes do Trabalho, Juízes Eleitorais e Juízes Militares.

Direito Eleitoral

Questão 61

Sobre os direitos políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Direitos políticos são as prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania. Englobam o direito de participar direta ou indiretamente do governo, da organização e do funcionamento do Estado.
- B) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- C) A Constituição Federal declara que, no Brasil, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de 70 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- D) É certo afirmar que a cassação do direito político é permitida e se equipara à perda e à suspensão dos direitos políticos.

Questão 62

Sobre os partidos políticos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O § 2º do Artigo 17 da Constituição Federal dispõe que os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. Logo, o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral é condição *sine qua non* para que se considere criado um partido político para fins eleitorais.
- B) É assegurada aos partidos políticos a autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais.
- C) O partido político funciona, nas casas legislativas, por intermédio de uma bancada, que deve constituir suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas casas e as normas da Lei dos Partidos Políticos.
- D) É autorizada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

Questão 63

Analise as afirmativas seguintes.

- I. Independente e próprio, com autonomia científica e didática, o Direito Eleitoral está encarregado de regulamentar os direitos políticos dos cidadãos e o processo eleitoral, cujo conjunto de normas destina-se a assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, especialmente os que envolvam votar e ser votado.
- II. A Lei Eleitoral é exclusivamente federal por força do Artigo 22, I, da Constituição Federal, podendo, no entanto, os Estados e Municípios disporem de regras de cunho eleitoral supletivamente.
- III. As Medidas Provisórias podem conter disposições com conteúdo eleitoral.
- IV. Vigora no Direito Eleitoral o princípio da anterioridade, ou seja, embora em vigor na data de sua publicação, a lei somente será aplicada se a eleição acontecer após um ano da data de sua vigência.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e II apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I e IV apenas.

Questão 64

Sobre a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Justiça Eleitoral Brasileira não possui um quadro exclusivo de magistrados, sendo que sua composição é constituída por juizes e advogados de diferentes áreas do direito.
- B) O Tribunal Superior Eleitoral é composto, no mínimo, de sete membros, escolhidos mediante eleição, pelo voto secreto, sendo três juizes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois juizes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e dois juizes da classe dos advogados.
- C) São órgãos da Justiça Eleitoral o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juizes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- D) Há previsão expressa na Constituição Federal em vigor sobre a organização do Ministério Público junto à Justiça Eleitoral.

Questão 65

O sistema eleitoral é o conjunto de técnicas e procedimentos que se empregam na realização das eleições, destinados a organizar a representação do povo no território nacional, sendo que, no Brasil, se adota o sistema majoritário e o proporcional.

Considerando o sistema eleitoral brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O sistema majoritário é aquele em que são eleitos os candidatos que tiverem o maior número de votos para o cargo disputado.
- B) No sistema majoritário deve-se observar, para os cargos de presidente, governador e prefeitos de municípios com mais de duzentos mil eleitores, que é necessária a obtenção da maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos, no 1º turno, sob pena de se realizar o 2º turno com os dois candidatos mais votados.
- C) O sistema proporcional é utilizado para os cargos de várias vagas, como os de senadores.
- D) O sistema proporcional objetiva distribuir proporcionalmente as vagas entre os partidos políticos que participam da disputa e, com isso, viabilizar a representação de todos os setores da sociedade no parlamento.

Questão 66

A crescente conscientização da sociedade em ser obedecido o princípio da moralidade nas relações jurídicas de qualquer natureza, notadamente em face da compra de votos para a eleição aos cargos do Executivo e do Legislativo, fez nascer, por meio de um projeto de iniciativa popular, apoiado no Artigo 61, § 2º, da Constituição Federal, com mais de 1 milhão de assinaturas, o Artigo 41-A da Lei Federal nº 9.504, de 30.09.1997.

Em face desse dispositivo legal, analise as afirmativas seguintes.

- I. À luz da jurisprudência dominante do Tribunal Superior Eleitoral, pode-se afirmar que, para a caracterização da infração ao Artigo 41-A da Lei nº 9.504/97, é desnecessário que o ato de compra de votos tenha sido praticado diretamente pelo candidato, mostrando-se suficiente que, evidenciado o benefício, haja participado de qualquer forma ou com ele consentido.
- II. A captação ilícita de sufrágio é apurada por meio de representação processada de acordo com o Artigo 22, incisos I a XIII, da Lei Complementar nº 64/90, que não se confunde com a ação de investigação judicial eleitoral, nem com a ação de impugnação de mandato eletivo, pois não implica a declaração de inelegibilidade, mas apenas a cassação do registro ou do diploma.
- III. O Artigo 41-A revogou o Artigo 299 do Código Eleitoral. Logo, alguns fatos tais como dar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor com o fim de obter o voto não podem mais tipificar o crime eleitoral do Artigo 299, em face da infração eleitoral do Artigo 41-A da Lei das Eleições.
- IV. Na hipótese de abuso do poder econômico, o requisito da potencialidade deve ser apreciado em função da seriedade e da gravidade da conduta imputada, à vista das particularidades do caso, não devendo tal análise basear-se em eventual número de votos decorrentes do abuso, ou mesmo em diferença de votação, embora essa avaliação possa merecer criterioso exame em cada situação concreta.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I, III e IV apenas.
- B) I, II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) II, III e IV apenas.

Questão 67

Sobre a propaganda política e suas modalidades, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não se permite nos programas partidários a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos, defesa de interesses pessoais e defesa de interesse de outros partidos.
- B) De acordo com o Artigo 44 da Lei das Eleições, “a propaganda no rádio e na televisão restringe-se ao horário eleitoral gratuito”.
- C) No campo legal, pode-se constatar que há quatro espécies de propaganda: propaganda permitida em lei, propaganda vedada na lei, propaganda não prevista em lei e propaganda exigida pela lei.
- D) A divulgação fraudulenta de pesquisa não é crime eleitoral, caracterizando, apenas, infração administrativa.

Questão 68

Analise as afirmativas seguintes.

- I. São fontes formais que moldam o perfil da ação de impugnação de mandato eletivo: a Constituição da República, no Artigo 14, §§ 10 e 11; as leis específicas, as Resoluções do TSE e a jurisprudência.
- II. Uma das hipóteses de cabimento da ação de impugnação de mandato eletivo é a de abuso de poder econômico.
- III. No caso da ação de impugnação de mandato eletivo, em razão da matéria tratada na demanda, a competência é da justiça comum.
- IV. O procedimento adotado para a ação de impugnação de mandato eletivo é o previsto na Lei Complementar 64/90, em seus Arts. 3º e seguintes.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e III apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I, II e IV apenas.
- D) III e IV apenas.

Questão 69

Sobre a apuração das eleições, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A apuração compete às Juntas Eleitorais, no tocante às eleições realizadas na zona sob sua jurisdição; aos Tribunais Regionais, a referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, de acordo com os resultados parciais enviados pelas Juntas Eleitorais; ao Tribunal Superior Eleitoral nas eleições para presidente e vice-presidente da República, pelos resultados parciais remetidos pelos Tribunais Regionais.
- B) Podem e devem fiscalizar a apuração os partidos políticos e coligações, por meio de seus fiscais e delegados, devidamente credenciados, os candidatos, que são fiscais natos, e o Ministério Público, fiscal da lei eleitoral sempre.
- C) À medida que os votos forem sendo apurados, poderão os fiscais e delegados de partido, assim como os candidatos, apresentar impugnações que serão decididas de plano pela Junta. Todavia, ainda que não tenha havido impugnação perante a Junta Eleitoral, no ato da apuração, contra as nulidades arguidas, poderão os interessados apresentar recursos.
- D) A lei indica a competência para proceder à publicação dos resultados finais dos pleitos, a saber: nas eleições municipais, é da Junta Eleitoral; nas eleições gerais, do TRE, e, nas eleições presidenciais, do TSE.

Questão 70

Analise as afirmativas seguintes.

- I. O Direito Eleitoral tem sua legislação criminal própria, deslocada do Direito Penal comum, constante do Código Eleitoral, na legislação penal eleitoral extravagante e nas leis eleitorais especiais.
- II. No processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, assim como nos recursos e na execução que lhes digam respeito, aplicar-se-á, como lei subsidiária ou supletiva, o Código de Processo Penal.
- III. É possível, para as infrações penais eleitorais cuja pena não seja superior a dois anos, a adoção da transação e da suspensão condicional do processo, salvo para os crimes que contam com um sistema punitivo especial, entre eles aqueles a cuja pena privativa de liberdade se cumula a cassação do registro se o responsável for candidato, a exemplo do tipificado no Artigo 334 do Código Eleitoral.
- IV. É correto afirmar que, para os efeitos penais do Código Eleitoral, não se pode considerar como membros e funcionários da Justiça Eleitoral aqueles requisitados pela Justiça Eleitoral.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) I e IV apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I, II e III apenas.
- D) III e IV apenas.

BLOCO 3

Direito Empresarial

Questão 71

Com relação à nota promissória, analise as afirmativas, assinalando com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de nota promissória sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte ao vencimento do título.
- () A ação cambial contra o endossador e o avalista da nota promissória prescreve em trinta e seis meses contados do dia em que ação pode ser proposta.
- () O devedor somente poderá opor ao portador da nota promissória exceção fundada em direito pessoal, na nulidade de sua obrigação e na falta de requisito necessário ao exercício da ação cambial.
- () Sendo a nota promissória rural, emitida por uma cooperativa em favor de seus cooperados, um título de crédito de natureza causal, a respectiva execução se encontra vinculada à eficácia do negócio jurídico subjacente.

Assinale a alternativa que apresenta sequência **CORRETA**.

- A) F V V F.
- B) V F V V.
- C) V V F F.
- D) F F F V.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

Questão 72

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A pessoa natural que constituir Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, titular exclusiva do capital integralizado não inferior a cem vezes o salário mínimo, somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
- B) Com o trespasse do estabelecimento empresarial, o adquirente continua solidariamente obrigado, pelo prazo de um ano, pelo pagamento dos créditos vencidos e vincendos, desde que regularmente contabilizados.
- C) Por exercer profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, o empresário ou a sociedade empresária não se enquadram como os destinatários finais dos bens e serviços por eles adquiridos. Logo, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) somente lhes são aplicáveis na qualidade de consumidores por equiparação.
- D) Nos contratos bancários, a cobrança da comissão de permanência, cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios neles previstos, exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.

Questão 73

Analisar as afirmativas seguintes.

- I. Quando fundada no desvio de finalidade, a aplicação da teoria da desconsideração importa na anulação e supressão da personalidade jurídica do ente societário, permitindo que os credores invadam o patrimônio pessoal dos sócios que o compõem.
- II. Pela via incidental, somente os efeitos patrimoniais, e não o estado de falido, podem ser estendidos aos sócios, administradores e terceiros que causaram prejuízo à massa falida.
- III. Na sociedade em comum, de natureza não personificada, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- IV. A sociedade anônima responde pelos atos *ultra vires* (praticados por seu administrador com extrapolação dos limites e poderes que lhe foram outorgados pelo correspondente estatuto) e sua ratificação pela assembleia-geral exime o administrador da responsabilidade pelos prejuízos deles decorrentes.

A partir da análise, conclui-se que estão **INCORRETAS**.

- A) I e IV apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I e III apenas.
- D) II e IV apenas.

Questão 74

Considerando o regime jurídico das sociedades anônimas, analise as seguintes afirmativas.

- I. Os acordos de acionistas deverão ser observados pela companhia, quando arquivados na sua sede, e serão oponíveis a terceiros depois de averbado no livro de registro e nos certificados de ações, se emitidos, independentemente de seu arquivamento na Junta Comercial.
- II. Os negociantes de ações não integralizadas ficarão solidariamente responsáveis com os adquirentes pelo pagamento das prestações que faltarem para integralizar as ações transferidas, cabendo à companhia a faculdade de exigir de qualquer deles o pagamento total.
- III. As deliberações da assembleia geral, seja nas companhias abertas ou nas companhias fechadas, serão sempre tomadas pela maioria absoluta de votos e, no caso de empate, poderão ser dirimidas pela arbitragem, por nova assembleia a ser convocada ou pelo Poder Judiciário.
- IV. O direito de preferência do acionista para a subscrição de novas ações é personalíssimo e indisponível, não podendo ser limitado ou excluído pelo estatuto ou pela assembleia-geral.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) III e IV apenas.
- B) II e III apenas.
- C) I e IV apenas.
- D) I e II apenas.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

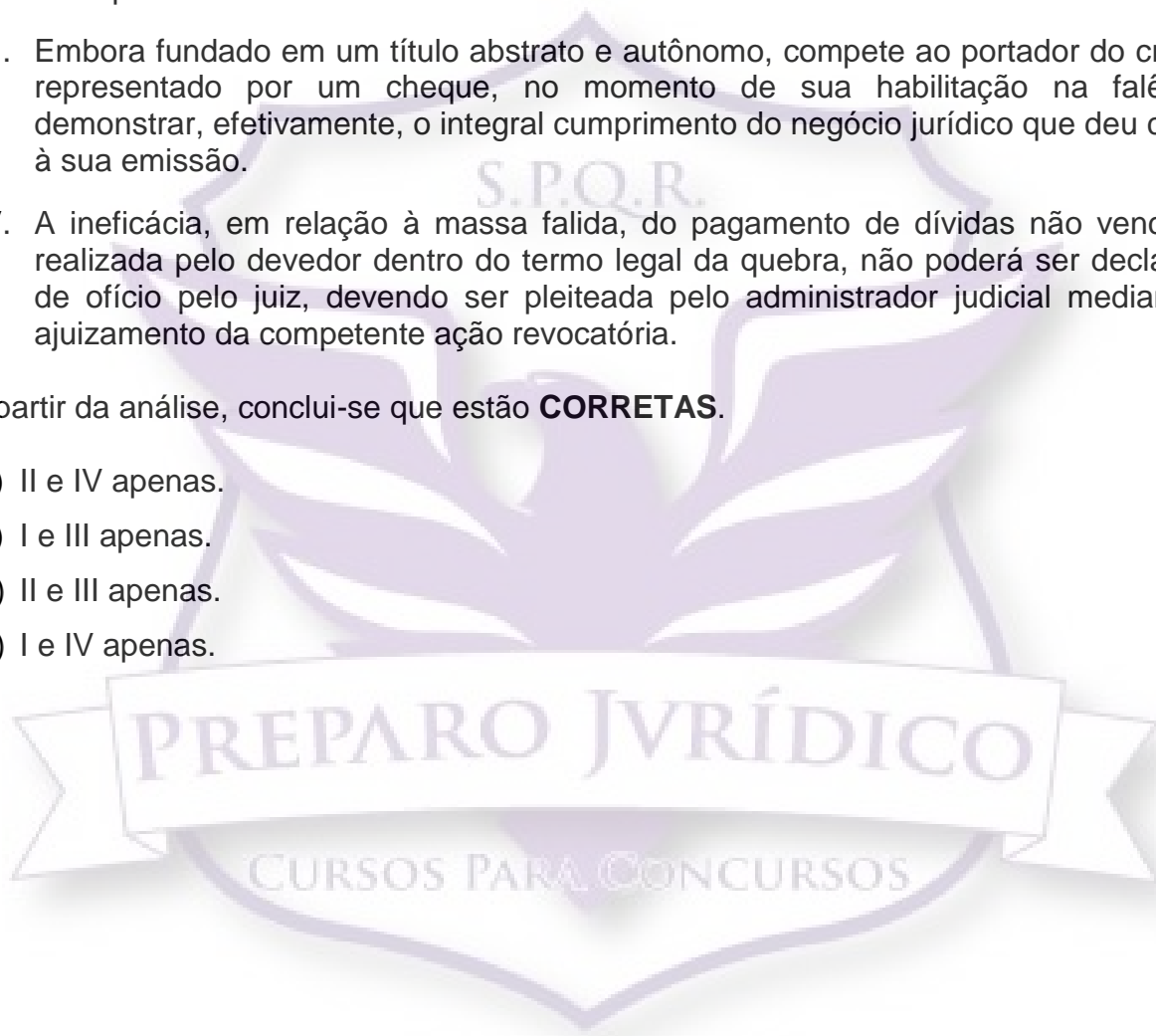
Questão 75

Sobre o processo falimentar, analise as seguintes afirmativas.

- I. O protesto por indicação de uma triplicata não se revela hábil para instruir o pedido falimentar, fundado na impontualidade do devedor, se não estiver acompanhado da prova efetiva de que o correspondente título de crédito restou indevidamente retido pelo sacado.
- II. As cédulas de crédito bancário, por necessitarem do acompanhamento de uma planilha de cálculos para a apuração do valor devido, não constituem títulos de crédito líquidos, certos e exigíveis hábeis para ensejar o pedido de falência fundado na impontualidade da sociedade devedora.
- III. Embora fundado em um título abstrato e autônomo, compete ao portador do crédito representado por um cheque, no momento de sua habilitação na falência, demonstrar, efetivamente, o integral cumprimento do negócio jurídico que deu causa à sua emissão.
- IV. A ineficácia, em relação à massa falida, do pagamento de dívidas não vencidas, realizada pelo devedor dentro do termo legal da quebra, não poderá ser declarada de ofício pelo juiz, devendo ser pleiteada pelo administrador judicial mediante o ajuizamento da competente ação revocatória.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) II e IV apenas.
- B) I e III apenas.
- C) II e III apenas.
- D) I e IV apenas.



Questão 76

Analise as afirmativas sobre os tipos de sociedades e o exercício da atividade empresarial, assinalando com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- () Embora o exercício da medicina corresponda a uma profissão intelectual de natureza científica, uma clínica médica de cirurgia plástica se reveste de natureza empresarial, já que nela o exercício da atividade médica, de nítida finalidade econômica, constitui elemento da empresa.
- () A sociedade simples pode constituir-se em conformidade com os tipos de sociedade limitada, em nome coletivo, em comandita simples e em cooperativa. Todavia, seu contrato social deve ser inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede.
- () A maioria dos sócios de uma limitada poderá excluir o sócio minoritário que esteja pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, independentemente de previsão no contrato social, desde que uma assembleia seja convocada especialmente para este fim, com prévia e tempestiva ciência do acusado para nela comparecer e apresentar sua defesa.
- () Durante a fase de organização da sociedade anônima, até que se concluem seus atos constitutivos e ocorra seu arquivamento na Junta Comercial, os fundadores atuam em nome pessoal, pois o negócio jurídico por eles firmado para constituir a sociedade não vincula a companhia em formação e nem os subscritores de seu capital.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F V V V.
- B) V F V V.
- C) V F F V.
- D) F V F V.

Questão 77

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A faculdade que tem o arrendatário de adquirir ou não o bem arrendado ao final do arrendamento é da própria essência do contrato de *leasing*. Desta forma, caso ele não opte pela aquisição do bem deverá devolvê-lo, encerrando o contrato, sendo-lhe vedado prorrogar o arrendamento por outro período.
- B) Conforme jurisprudência dominante, o crédito garantido por cessão fiduciária não se submete ao processo de recuperação judicial, uma vez que possui a mesma natureza da propriedade fiduciária, podendo o credor valer-se da chamada “trava bancária”.
- C) O prazo prescricional para o exercício da pretensão de dissolução parcial de sociedade limitada, quando não regida pelas normas da sociedade anônima, é o geral, ou seja, de dez anos, nos termos do artigo 205 do Código Civil.
- D) O aval posterior ao vencimento do título produz os mesmos efeitos daquele anteriormente dado.

Questão 78

Com relação ao processo de recuperação judicial, analise as seguintes afirmativas.

- I. A aprovação do plano de recuperação judicial implica a novação dos créditos anteriores ao pedido, acarretando, inclusive, a exoneração dos devedores solidários. Esta novação, contudo, está sujeita a uma condição resolutiva.
- II. O juiz poderá, superando o veto imposto por apenas uma classe de credores (*cram down*), conceder a recuperação judicial com base em plano não aprovado pela assembleia-geral de credores, independentemente de tratamento diferenciado entre os credores da classe que o houver rejeitado, desde que o plano tenha obtido o voto favorável de credores que representem mais da metade do valor de todos os créditos presentes à assembleia.
- III. De acordo com a jurisprudência dominante, “o parcelamento do crédito tributário na recuperação judicial é um direito do contribuinte, e não uma faculdade da Fazenda Pública”. Por isso, enquanto não for editada lei específica, não se faz necessária para a concessão da recuperação judicial do devedor, cujo plano tenha sido aprovado pela assembleia-geral dos credores, a juntada das certidões negativas de débitos tributários.
- IV. O plano especial de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte abrangerá, exclusivamente, os créditos trabalhistas e quirografários, os quais deverão ser pagos em até trinta e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas, a contar do prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da distribuição do pedido de recuperação judicial.

A partir da análise, conclui-se que estão **INCORRETAS**.

- A) II e III apenas.
- B) I e IV apenas.
- C) I e III apenas.
- D) II e IV apenas.

Questão 79

Com relação ao regime jurídico da sociedade limitada, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Não estando as quotas totalmente integralizadas, a responsabilidade dos sócios em relação à sociedade é subsidiária, ou seja, em primeiro lugar são os bens da própria sociedade que devem suportar as obrigações por ela assumidas. No entanto, sendo estes insuficientes, os sócios serão solidariamente responsabilizados pela integralização do capital social.
- B) Ao exercer o direito de recesso, fundado na modificação do contrato social, o sócio dissidente, cujas quotas serão liquidadas com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, fica eximido da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores.
- C) O contrato social da sociedade limitada constitui título executivo extrajudicial contra o sócio remisso para o pagamento do valor devido pela integralização de suas quotas.
- D) A sociedade limitada não se dissolverá, pela falta de pluralidade de sócios, quando o sócio remanescente requerer, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.

Questão 80

No que tange aos contratos garantidos por alienação fiduciária em garantia, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O devedor será constituído em mora quando notificado por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.
- B) No prazo de cinco dias após a execução da liminar de busca e apreensão, poderá o devedor fiduciante apresentar sua resposta, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar a restituição.
- C) A alienação fiduciária de bem imóvel poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, não sendo privativa das instituições financeiras que operam no Sistema de Financiamento Imobiliário.
- D) Por ser direta, a posse obtida pelo devedor fiduciante se revela legítima para conduzir à aquisição, por usucapião, do bem gravado com alienação fiduciária em garantia.

Direito Tributário

Questão 81

Em relação ao conceito de fontes formais do direito tributário, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Fontes formais do direito tributário são apenas as leis especificamente votadas e sancionadas ou promulgadas.
- B) As fontes formais do direito tributário compreendem as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
- C) As fontes formais não contemplam os tratados e as convenções internacionais.
- D) As fontes formais não contemplam os decretos legislativos e as resoluções.

Questão 82

Dentre os princípios que norteiam o direito tributário, podem ser citados o da anterioridade anual e o da anterioridade nonagesimal – Art. 150, III, alíneas “b” e “c”, da Constituição Federal.

Sobre os princípios do direito tributário, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Desde que sancionada ou promulgada a lei no exercício financeiro anterior, pode o tributo por ela instituído ou majorado ser lançado e cobrado no exercício seguinte.
- B) Desde que sancionada ou promulgada a lei com antecedência mínima de noventa (90) dias, pode o tributo instituído ou majorado ser lançado e cobrado no exercício financeiro seguinte.
- C) Pode ser lançado e cobrado o tributo instituído ou majorado, se a sua instituição ou majoração ocorrer no exercício financeiro anterior, observada a antecedência mínima de noventa (90) dias para a entrada em vigor da lei que o instituiu ou majorou.
- D) O tributo instituído ou aumentado por lei sancionada ou promulgada no exercício financeiro anterior pode ser lançado e cobrado independentemente da observância do prazo nonagesimal.

Questão 83

No que concerne à responsabilidade tributária, sabe-se que são solidariamente obrigadas:

- I. As pessoas que tenham interesses comuns na situação que constitua o fato gerador da obrigação.
- II. As pessoas expressamente designadas por lei.

Assinale a alternativa que **RETRATA** a veracidade do princípio da solidariedade.

- A) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- B) A isenção ou a remissão de crédito exonera todos os obrigados, mesmo que outorgada pessoalmente a um deles.
- C) A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, não favorece e nem prejudica aos demais.
- D) A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

Questão 84

O Art. 174 do CTN estabelece que a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva. A expressão “constituição definitiva do crédito tributário” não é de fácil interpretação.

Assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** o significado de Constituição Definitiva do Crédito Tributário.

- A) Por constituição definitiva, deve ser entendida a eficácia que torna indiscutível o crédito tributário, que não decorre do fato gerador ou da própria obrigação tributária, mas do momento em que não mais se admite qualquer discussão administrativa a seu respeito.
- B) Por constituição definitiva, entende-se o crédito cujo “*quantum*” não comporta sequer impugnação judicial.
- C) Por constituição definitiva, entende-se o crédito que, embora delimitado no seu “*quantum*”, ainda é permitido ao sujeito passivo interpor recurso administrativo.
- D) Por constituição definitiva, deve-se entender o momento em que o sujeito passivo toma conhecimento do lançamento pela notificação.

Questão 85

A inscrição do crédito tributário decorre da sua constituição definitiva, tornando-o hábil à execução.

Assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** a Certidão da Dívida Ativa (CDA), como título executivo extrajudicial hábil a instruir o processo de execução.

- A) A CDA, como título executivo, independe dos requisitos e conteúdo do termo de inscrição em dívida ativa relativa ao crédito tributário.
- B) A CDA, como título hábil ao processo de execução, deve conter todos os elementos do termo de inscrição na dívida ativa, na forma estabelecida no Art. 202 do CTN e Art. 2º da Lei nº 6.830/80, o que lhe imprime os requisitos da liquidez, certeza e exigibilidade do crédito que representa.
- C) A CDA é título executivo, mesmo que o crédito tributário não esteja inscrito na dívida ativa.
- D) A CDA é título executivo, mesmo que o crédito que representa ainda não tenha sido definitivamente constituído.

Direito Ambiental

Questão 86

Com relação à responsabilidade penal das pessoas físicas e jurídicas em matéria ambiental, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A pessoa jurídica, constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ao meio ambiente terá decretada a sua liquidação forçada e seu patrimônio será considerado instrumento do crime e, como tal, perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.
- B) Não constitui crime o abate de animal quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos de sua ação predatória ou destruidora.
- C) Porquanto especial, à legislação penal ambiental (Lei n. 9.605/98) não se aplicam as disposições do Código Penal.
- D) A responsabilidade penal dos dirigentes pelos crimes imputados à pessoa jurídica tem seus limites, pois deve haver, entre a ação ou omissão do dirigente e o fato danoso, um nexo de causalidade, sob pena de se atribuir responsabilidade penal objetiva às pessoas físicas.

Questão 87

Com relação aos princípios do direito ambiental, analise as afirmativas, assinalando com **V** as **verdadeiras** com **F** as **falsas**.

- () O estudo prévio de impacto ambiental constitui exigência feita pelo poder público em cumprimento ao princípio da prevenção, de ordem constitucional.
- () O princípio da reparação tem por fundamento a responsabilidade subjetiva do agente. Logo, se afastada a ilicitude administrativa de um ato lesivo ao meio ambiente, não haverá a correspondente responsabilidade civil pelos danos causados.
- () Na aplicação do princípio do poluidor-pagador, a cobrança de um preço pelos danos causados ao meio ambiente só pode ser efetuada sobre fatos que tenham respaldo em lei, sob pena de se outorgar ao agente o direito de poluir.
- () O princípio da função socioambiental da propriedade determina que o seu uso seja condicionado ao bem-estar social, sem, contudo, impor comportamentos *positivos* ao proprietário para o exercício de seu direito.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- A) F F V V.
- B) V V F F.
- C) F V F V.
- D) V F V F.

Questão 88

Sobre a Área de Reserva Legal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) O registro da Reserva Legal no CAR (Cadastro Ambiental Rural) desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis.
- B) A Reserva Legal também se aplica aos empreendimentos de abastecimento público de água e tratamento de esgoto, bem como às áreas adquiridas ou desapropriadas com o objetivo de implantação e ampliação de capacidade de rodovias e ferrovias.
- C) As áreas de maior fragilidade ambiental não devem ser consideradas para a localização da área de Reserva Legal no imóvel rural.
- D) A Reserva Legal não poderá ser instituída em regime de condomínio entre propriedades rurais.

Questão 89

Com relação ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), analise as afirmativas seguintes.

- I. Ainda que adstrito ao princípio da legalidade, o IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) pode ser utilizado como instrumento de política urbanística, visando à promoção do adequado aproveitamento do imóvel urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- II. O Prefeito incorre em improbidade administrativa quando deixar de promover, no prazo de cinco anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público por meio da desapropriação fundada no descumprimento, pelo proprietário, da obrigação de parcelamento, edificação ou utilização do imóvel.
- III. Mesmo quando originário de concessão onerosa, o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros, nem mesmo aos herdeiros do superficiário, por ocasião de sua morte.
- IV. Com o advento do Estatuto da Cidade, restou vedada a ampliação do perímetro urbano dos municípios, como salvaguarda do patrimônio ambiental.

A partir da análise, conclui-se que estão **CORRETAS**.

- A) II e III apenas.
- B) I e II apenas.
- C) I e III apenas.
- D) II e IV apenas.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

Questão 90

Analise as afirmativas seguintes.

- I. Em virtude da competência concorrente para legislar sobre matéria relativa à proteção do meio ambiente, cabe à União tão somente o estabelecimento de normas gerais, sem prejuízo da competência suplementar dos Estados. Desta forma, a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual, no que lhe for contrário.
- II. No aspecto ambiental, a competência legislativa do Município se circunscreve apenas à promoção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.
- III. Além da ação civil pública, também a ação popular constitui instrumento de tutela do patrimônio ambiental. Todavia, a legitimidade ativa para a sua propositura é concedida apenas àquele que ostente a condição de cidadão, ou seja, a pessoa física no gozo de seus direitos políticos.
- IV. É vedada a reabertura do inquérito civil ambiental arquivado com fundamento na celebração de compromisso de ajustamento de conduta definitivo, devidamente homologado, já que o órgão competente do Ministério Público passa a dispor de um título executivo contra o agente causador do dano.

A partir da análise, conclui-se que estão **INCORRETAS**.

- A) I e IV apenas.
- B) II e III apenas.
- C) II e IV apenas.
- D) I e III apenas.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

Direito Administrativo

Questão 91

Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** o conceito de atos administrativos.

- A) É a manifestação de vontade do Estado, por seus representantes, no exercício regular de suas funções, ou por qualquer pessoa que detenha fração de poder reconhecido pelo Estado, tendo como finalidade imediata, criar, reconhecer, modificar ou extinguir situações jurídicas subjetivas em matéria administrativa.
- B) Ato administrativo é o que resulta da manifestação que o administrador público imprime na exteriorização da sua administração, com a expedição de regulamentos para o cumprimento da lei.
- C) Ato administrativo é aquele praticado no exercício da função administrativa, seja ele editado pelos órgãos administrativos do poder executivo, seja do legislativo ou do judiciário.
- D) Ato administrativo é manifestação exteriorizada do administrador público visando materializar a vontade estatal.

Questão 92

Dentre os atos da administração pública, distinguem-se os que produzem efeitos jurídicos (atos administrativos próprios) e os que não produzem efeitos jurídicos (atos administrativos impróprios).

Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** os atos administrativos impróprios.

- A) Os atos preparatórios de um concurso público para ingresso nos quadros do funcionalismo público.
- B) Os atos preparatórios ou acessórios do ato principal, integrantes de um ato complexo.
- C) Os atos materiais de simples execução, como a reforma de um prédio, um trabalho de digitação, a limpeza das vias públicas; os despachos de encaminhamento de papéis e processos; os atos enunciativos ou de conhecimento que apenas atestam ou declaram um direito ou situação, como os atestados, certidões, declarações, informações; atos de opinião, como os pareceres e laudos.
- D) Os atos indispensáveis ao procedimento da licitação para aquisição de bens e serviços.

Questão 93

Quanto à formação de vontade, os atos administrativos podem ser simples, complexos e compostos.

Assinale a alternativa que revela **CORRETAMENTE** o ato administrativo composto.

- A) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- B) É o que resulta da manifestação de um órgão colegiado.
- C) É o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação ao outro que edita o ato principal.
- D) É o que resulta de manifestação de vontades homogênicas, ainda que de entidades públicas distintas.

Questão 94

A validade e eficácia do ato administrativo depende da forma como ele é praticado.

Assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** o ato administrativo válido e eficaz.

- A) É válido e eficaz o ato administrativo que observe a forma escrita, embora sem qualquer motivação.
- B) É válido e eficaz o ato administrativo, ainda que não tenha observado forma prescrita em lei, embora tenha atingido a sua finalidade.
- C) É válido e eficaz o ato administrativo que se materializa na forma escrita de decreto, portaria ou resolução, independentemente da observância dos critérios legais.
- D) É válido e eficaz o ato administrativo praticado com observância do sujeito, objeto, forma, motivação e finalidade, pois que, como espécie dos atos jurídicos em geral, demanda agente capaz, objeto lícito, forma prescrita em lei, motivação do seu conteúdo e finalidade.

Questão 95

A expressão “Poder de Polícia da Administração Pública” comporta dois sentidos, um amplo, outro estrito. Em sentido amplo, poder de polícia significa toda e qualquer ação restritiva do Estado em relação aos direitos individuais.

Assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** o “Poder de Polícia da Administração Pública” em sentido estrito.

- A) É o exercido, observado o bom-senso do administrador, independente de previsão legal, no interesse da coletividade.
- B) É a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a administração pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.
- C) É aquele exercido, observadas as regras estabelecidas pelo administrador, restringindo direitos individuais no interesse coletivo.
- D) É o exercido com o objetivo de preservar o interesse da coletividade, independentemente de qualquer norma de ordem constitucional ou infraconstitucional.

Questão 96

O controle administrativo da administração pública tem dois pilares de sustentação.

Partindo-se dessa premissa, assinale a alternativa que define **CORRETAMENTE** o controle administrativo.

- A) O controle é exercido mediante a observância do princípio da legalidade, que consiste no fato de que a função administrativa há de ser desenvolvida somente na conformidade com a lei, independentemente do estabelecimento das diretrizes traçadas pelo administrador.
- B) O controle é exercido pelo administrador, com observância das diretrizes, metas, prioridades e planejamento por ele estabelecidos, independentemente do que a lei fixar.
- C) O controle é exercido independente do que a lei ou as diretrizes, metas, prioridades e planejamento fixarem.
- D) O controle é exercido com a observância dos pilares do princípio da legalidade e das políticas administrativas fixadas pelas diretrizes, metas, prioridades e planejamento, a fim de que a atividade administrativa possa desenvolver-se na forma mais eficiente e rápida possível.

Questão 97

O direito brasileiro adota o sistema da unidade de jurisdição.

Assinale a alternativa que apresenta a definição **CORRETA** da competência do judiciário brasileiro, quando provocado, no exame do controle dos atos da administração pública.

- A) Em razão do princípio constitucional que orienta que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (Art. 5º, XXXV da CF/88), poderá o juiz examinar, além do aspecto legal do ato, também o mérito administrativo, sem que isso importe em ofensa à independência dos poderes.
- B) No exercício do controle jurisdicional do ato administrativo, o juiz deve analisar os critérios de conveniência e oportunidade na sua realização.
- C) No controle jurisdicional do ato administrativo, deve o juiz, além de examinar a motivação e a finalidade, decidir sobre o mérito administrativo.
- D) O controle judicial dos atos da administração pública é exclusivamente o da legalidade, não podendo o juiz, em qualquer hipótese, adentrar o mérito administrativo, apreciando a conveniência e oportunidade do ato.

Questão 98

O controle judicial da administração pública é exercido por meios específicos e outros inespecíficos.

Assinale a alternativa que **RELATA COM FIDELIDADE**, os meios específicos de controle.

- A) São meios específicos de controle da administração pública, o Mandado de Segurança, a Ação Popular, o *Habeas Corpus*, o *Habeas Data*, o Mandado de Injunção e a Ação Civil Pública.
- B) O controle, além dos meios indicados na alternativa anterior, pode ainda ser exercido com o manejo da Ação Monitória.
- C) O controle específico só pode ser exercido por meio do manejo das ações ordinárias cíveis, ações penais, interditos possessórios, a nunciação de obra nova e a consignação em pagamento, dentre outros.
- D) É meio específico de controle da administração pública, o uso das ações cíveis em geral, utilizadas na defesa dos direitos que regem a atividade privada.

Questão 99

Os agentes públicos exercem uma função pública como preposto do Estado.

Sobre o conceito de agente público, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Agentes públicos são aqueles que, em decorrência de um vínculo funcional, exercem o poder do Estado.
- B) Agentes públicos são aqueles que, por meio de um mandato eletivo, representam o Estado no exercício da administração pública.
- C) Agentes públicos são todos os que, ainda que transitoriamente, com ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer forma de investidura ou vínculo, exercem mandato, cargo, emprego ou função nas entidades de direito público.
- D) Agentes públicos são aqueles que, em decorrência de ingresso no serviço público por meio de concurso, detêm função pública que os legitimam na representação do Estado para a prática dos atos da administração.

Questão 100

Na classificação dos bens públicos, distinguem-se os bens de uso comum do povo e os bens dominicais.

Assinale a alternativa que destaca a **DIFERENÇA** entre os bens de uso comum do povo e os bens dominicais.

- A) O que diferencia os bens de uso comum do povo dos bens dominicais é o fato de que, embora ambos integrem o patrimônio do Estado, os dominicais são aqueles de destinação específica.
- B) A diferença está no fato de que os bens de uso comum se destinam à utilização da coletividade e da própria administração pública, enquanto que os dominicais são bens sem qualquer destinação específica, não integrando a classe dos primeiros, nem à dos bens de uso especial.
- C) A diferença pode ser identificada no fato de os bens dominicais servirem para a instalação das repartições essenciais à atividade estatal, enquanto que os de uso comum não se prestam a tal finalidade.
- D) A diferença pode ser identificada no fato de os bens de uso comum do povo não poderem ser utilizados pelo poder público.

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

01	A	B	C	D	35	A	B	C	D	69	A	B	C	D
02	A	B	C	D	36	A	B	C	D	70	A	B	C	D
03	A	B	C	D	37	A	B	C	D	71	A	B	C	D
04	A	B	C	D	38	A	B	C	D	72	A	B	C	D
05	A	B	C	D	39	A	B	C	D	73	A	B	C	D
06	A	B	C	D	40	A	B	C	D	74	A	B	C	D
07	A	B	C	D	41	A	B	C	D	75	A	B	C	D
08	A	B	C	D	42	A	B	C	D	76	A	B	C	D
09	A	B	C	D	43	A	B	C	D	77	A	B	C	D
10	A	B	C	D	44	A	B	C	D	78	A	B	C	D
11	A	B	C	D	45	A	B	C	D	79	A	B	C	D
12	A	B	C	D	46	A	B	C	D	80	A	B	C	D
13	A	B	C	D	47	A	B	C	D	81	A	B	C	D
14	A	B	C	D	48	A	B	C	D	82	A	B	C	D
15	A	B	C	D	49	A	B	C	D	83	A	B	C	D
16	A	B	C	D	50	A	B	C	D	84	A	B	C	D
17	A	B	C	D	51	A	B	C	D	85	A	B	C	D
18	A	B	C	D	52	A	B	C	D	86	A	B	C	D
19	A	B	C	D	53	A	B	C	D	87	A	B	C	D
20	A	B	C	D	54	A	B	C	D	88	A	B	C	D
21	A	B	C	D	55	A	B	C	D	89	A	B	C	D
22	A	B	C	D	56	A	B	C	D	90	A	B	C	D
23	A	B	C	D	57	A	B	C	D	91	A	B	C	D
24	A	B	C	D	58	A	B	C	D	92	A	B	C	D
25	A	B	C	D	59	A	B	C	D	93	A	B	C	D
26	A	B	C	D	60	A	B	C	D	94	A	B	C	D
27	A	B	C	D	61	A	B	C	D	95	A	B	C	D
28	A	B	C	D	62	A	B	C	D	96	A	B	C	D
29	A	B	C	D	63	A	B	C	D	97	A	B	C	D
30	A	B	C	D	64	A	B	C	D	98	A	B	C	D
31	A	B	C	D	65	A	B	C	D	99	A	B	C	D
32	A	B	C	D	66	A	B	C	D	100	A	B	C	D
33	A	B	C	D	67	A	B	C	D					
34	A	B	C	D	68	A	B	C	D					

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS, OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.



ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.